

# As melhores e maiores empresas numa região a necessitar de crescer

**1.** Saúdo a iniciativa de editar uma revista destacando as maiores empresas da região e as melhores para trabalhar. Vivemos num país onde as empresas ainda continuam a ser vistas, por cerca de 20% da população, como um espaço de conflito e antagonismo de classes e não como um factor de realização humana, profissional, criação de riqueza e de bem-estar. Estou certo de que a divulgação mediática dos resultados da avaliação efectuados contribuirá para reforçar a notoriedade das empresas melhor classificadas.

**2.** A carência de mão-de-obra e a dificuldade em contratar e reter jovens quadros qualificados constitui um dos maiores desafios conjunturais que se colocam à gestão das empresas. A evolução demográfica e o crescimento anémico que tivemos nos últimos 22 anos transforma a imigração num factor incontornável para o tecido empresarial. A sua integração na cultura de trabalho prevalecente em Portugal, a ressocialização de hábitos e valores, o esforço financeiro acrescido das empresas na criação de condições de habitação, saúde e ensino para algumas dessas comunidades de imigrantes, exigem formas e práticas de gestão a que não estávamos habituados. Visitei há dias uma empresa na região Oeste que está a conseguir excelentes resultados no processo de integração de uma comunidade de 70 imigrantes oriundos do Nepal. E estas boas práticas precisam de ser estudadas e divulgadas.

**3.** Outro desafio reside na contratação e retenção de jovens quadros qualificados. Contrariamente às anteriores gerações, a actual apresenta uma elevada taxa de mobilidade e por consequência uma baixa taxa de fidelidade e de compromisso com as empresas. Melhor preparada, com elevadas competências digitais mas mais volátil. Não é melhor nem pior do que gerações anteriores. É uma tendência social que tem de ser gerida. E contrariamente ao que dizem os sindicatos, alguns membros do Governo, e comentadores com uma ideologia nada favorável à economia de mercado, estes jovens não consideram o vínculo contratual como factor determinante na oferta de emprego. Os que saem das principais escolas de gestão, economia e engenharia do país, os contabilistas certificados, os programadores, etc., desvalorizam o vínculo de contrato por tempo indeterminado como factor de contratação ou retenção. Estes jovens não participam nas manifestações a bramir contra a precariedade laboral. O que eles privilegiam é a integração em equipas e ambientes de maior informalidade e transversalidade nas relações de trabalho e hierárquicas;



José Eduardo Carvalho  
presidente da direcção  
da AIP/CCI

desafios profissionais; perspectivas de carreira, benefícios e recompensas; novas e rápidas aprendizagens; desempenho de funções que lhes permitam experiências profissionais no estrangeiro. Se as empresas não lhes proporcionarem estas condições a consequência é a entrada no mercado de trabalho internacional usufruindo de salários internacionais.

**4.** Há mudanças no mercado de trabalho. Mas a solução não é o reforço dos mecanismos de contratação colectiva e muito menos das portarias de extensão da CCT. Por alguma razão, dos 4,9 milhões de portugueses que ainda trabalham, só 855 mil estão abrangidos por esses instrumentos. O que se deve reforçar é a descentralização das negociações sociais para o interior das empresas e privilegiar os acordos de empresa. Isto tem como contrapartida a adopção de práticas de gestão participativa. Mas todas as grandes empresas o fazem. Só quando se participa e colabora, por exemplo, na definição de objectivos de gestão ou na escolha de critérios de avaliação de desempenho, é que se fica envolvido na sua execução e concretização. As práticas e a qualidade de gestão explicam 50% do défice da produtividade do país. Mas há uma correlação estreita entre a dimensão das empresas e a taxa de produtividade.

E o aumento desta é o principal factor que influencia o crescimento do país. Infelizmente, a política pública continua avessa a criar instrumentos que dinamizem a concentração empresarial. Nem o PRR nem o PT2030 o contemplam. É pena. Perde o país.

**5.** Concluiria com um comentário sobre a nossa região. Se a Lezíria do Tejo saísse em 2022 da NUTII – Alentejo, esta deixaria de ser uma região de convergência com as consequências que daí adviriam. Em 2002 o então ministro Miguel Relvas tomou uma decisão que permitiu que as sub-regiões do Médio e Lezíria do Tejo saíssem do “phasing out”, onde estiveram durante 3 anos em plena “secura financeira”, e integrassem as NUT’s de coesão do Alentejo e Região Centro permitindo o acesso a fundos comunitários em condições vantajosas. Passados 20 anos é a Lezíria do Tejo que segura a “convergência” da região do Alentejo. É muito mau sinal. Consultei algumas estatísticas de séries longas que têm a vantagem de mitigar o efeito conjuntural e traçar tendências estruturais. A conclusão a que chego é que há uma clara e inequívoca dinâmica regressiva na economia destas sub-regiões.

Até 2010 participei em reuniões restritas, lideradas pelo saudoso Fonseca Ferreira,

**Apesar de em 2009 e 2021 tanto a Lezíria como o Médio Tejo apresentarem um PIBpc inferior à média nacional agravou-se em 2021 a distância que as separava dessa média.**

**Se compararmos a taxa de crescimento do PIBpc de todas as NUTIII do país constatamos que o Médio Tejo é a 5ª sub-região com pior taxa de crescimento do país e a Lezíria do Tejo a 4ª pior.**

**Tenho esperança que a futura NUT possa constituir um espaço e um fórum de trabalho que dinamize esta região. Tanto mais que o Oeste está pior do que a Lezíria e o Médio Tejo, o que vai levar esta sub-região a perceber o alcance deste desafio.**

**Por alguma razão, dos 4,9 milhões de portugueses que ainda trabalham só 855 mil estão abrangidos por esses instrumentos. O que se deve reforçar é a descentralização das negociações sociais para o interior das empresas e privilegiar os acordos de empresa. Isto tem como contrapartida a adopção de práticas de gestão participativa.**

para reflectir sobre os efeitos deste tipo de tendências e traçar planos para tentar corrigi-los. Agora não sei se o fazem. Admito que não. A actual separação das NUT's Lezíria e Médio Tejo também não ajuda a esta articulação e concertação. Talvez a futura região do Oeste, Lezíria e Médio Tejo permita relançar uma forma de trabalhar mais integrada e inclusiva. As câmaras não são, nem devem ser, as donas da nova NUT. Há outros agentes com uma palavra e um papel forte e decisivo que devem ser atendidos. Mas, para isso, estes também têm de "fazer pela vida" porque o espaço de intervenção é de forte concorrência e é facilmente ocupado. Entre outras análises comparei a evolução do PIBpc nas 25 NUTIII do país entre 2009/2023. Verifiquei que em 2009 a Lezíria do Tejo encontrava-se no ranking do PIBpc, na 10ª posição e o Médio Tejo em 16º entre 25 NUTIII, com um valor de 14.862€ e 13.613€, respectivamente. Em 2021 a Lezíria do Tejo ocupava o 13º lugar e o Médio Tejo o 16º lugar. Ambas perderam posições relativas no ranking do PIBpc e foram ultrapassadas por outras NUT's neste indicador de crescimento económico. Por outro lado, apesar de em 2009 e 2021, tanto a Lezíria como o Médio Tejo apresentarem um PIBpc inferior à média nacional, agravou-se em 2021 a distância que as separava dessa média. E se compararmos a taxa de crescimento do PIBpc de todas as NUTIII do país constatamos que o Médio Tejo é a 5ª sub-região com pior taxa de crescimento do país e a Lezíria do Tejo a 4ª pior. Com menores taxas de crescimento só a AM Lisboa, Algarve

**Em 2002 o então ministro Miguel Relvas tomou uma decisão que permitiu que as sub-regiões do Médio e Lezíria do Tejo saíssem do "phasing out", onde estiveram durante três anos em plena "secura financeira", e integrassem as NUT's de coesão do Alentejo e Região Centro permitindo o acesso a fundos comunitários em condições vantajosas. Passados 20 anos é a Lezíria do Tejo que segura a "convergência" da região do Alentejo. É muito mau sinal.**

e Madeira, mas que se explica, entre outras razões, por partirem de uma base mais alta em 2009 e pela quase ausência de fundos estruturais em Lisboa e Algarve durante este período. Talvez os fortes investimentos (superiores a 150 milhões de €) em execução da Mercadona em Almeirim e os projectados pela Endesa, em Abrantes e norte do distrito, e por um grupo logístico espanhol em Almoester/Santarém (caso a carta de REN ainda não publicada não condicione as alterações ao uso do solo), possam contribuir para inverter esta tendência.

Mas as dinâmicas são provocadas pelos actores. E estes só precisam de bom senso, humildade e concentrar energias na gestão do futuro. Tenho esperança que a futura NUT possa constituir um espaço e um fórum de trabalho que dinamize esta região. Tanto mais que o Oeste está pior do que a Lezíria e o Médio Tejo, o que vai levar esta sub-região a perceber o alcance deste desafio. A proximidade a Lisboa, as acessibilidades, as infra-estruturas portuárias e aeroportuárias; a integração com a AM Lisboa; os excelentes pólos universitários; os centros de inovação e investigação; dão garantias que esta nova região tem tudo para ganhar o desafio. Oxalá tenha actores para gerir o futuro.

**Visitei há dias uma empresa na região Oeste que está a conseguir excelentes resultados no processo de integração de uma comunidade de 70 imigrantes oriundos do Nepal. Estas boas práticas precisam de ser estudadas e divulgadas.**

**Talvez a futura região do Oeste, Lezíria e Médio Tejo permita relançar uma forma de trabalhar mais integrada e inclusiva. As câmaras não são, nem devem ser, as donas da nova NUT. Há outros agentes com uma palavra e um papel forte e decisivo que devem ser atendidos.**



**TECNOLOGIAS PARA ÁGUA E EFLUENTES**

www.ecodepur.pt  
geral@ecodepur.pt

+351 249 571 500

Zona Industrial Casal dos Frades Rua B,  
Lote 68 Apartado 8 2435-661 Seiça – Ourém



**OHA - Óleo-hidráulica Aplicada, Lda.**

**BOMBAS HIDRÁULICAS PARA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS**

Rua D. Maria II, n.º 87 • 2025 - 303 AMIAIS DE BAIXO • Telef.: 249 870 659 • Fax.: 249 870 743 • E-mail: oha@oha.com.pt • www.oha.pt



**20 ANOS**

A DESENVOLVER SOLUÇÕES TÉCNICAS DE QUALIDADE PARA PROFISSIONAIS DE CONSTRUÇÃO

WWW.TRANSCOL.PT

- Rebocos
- Reabilitações
- Cimentos Cola
- Juntas de Cor
- Argamassas Técnicas
- Soluções de Acabamento
- Isolamento Térmico
- Impermeabilização

(+351) 243 994 104  
(chamada para a rede fixa nacional)

transcol@transcol.pt

Zona Industrial de Rio Maior - Apartado 160  
2040-357 Rio Maior, Portugal